

# LEI N. 11.232/05: REFORMA DA EXECUÇÃO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Gustavo Filipe Barbosa Garcia (\*)

## 1. Introdução

A recente Lei n. 11.232, de 22/12/05, alterou, de forma significativa, o Código de Processo Civil, desta vez quanto à execução civil de título judicial.

Assim, juntamente com a Lei n. 11.187, de 19/10/05, que modificou a disciplina do agravo no processo civil, observa-se que o CPC brasileiro passa pelo que se pode chamar de *Terceira Fase de Reforma* (1).

O diploma legal mais recente tem como nítido objetivo solucionar as conhecidas dificuldades na concretização do comando condenatório da sentença, tentando imprimir maior eficácia e celeridade à execução civil.

Como se sabe, além de frustrante, é pernicioso à estabilidade das relações sociais que, mesmo após as naturais dificuldades do processo cognitivo, bem como do tempo gasto para o reconhecimento do direito em juízo, o jurisdicionado não o receba, prontamente, *in concreto*.

Por isso, a Lei n. 11.232, publicada no *Diário Oficial da União* de 23/12/05 e com *vacatio legis* de seis meses (art. 8º), estabeleceu a “fase de cumprimento das sentenças no processo de conhecimento”, além de ter revogado dispositivos pertinentes à execução civil fundada em título executivo judicial.

A inovação, mais uma vez, atende ao disposto no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal de 1988, acrescentado pela EC n. 45/04, no sentido de que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Sem a pretensão de se realizar análise exaustiva das novas disposições da Lei n. 11.232/05, objetiva-se no presente estudo demonstrar que muitas *inovações* contidas na recente lei processual civil, em verdade, originam-se ou apresentam certas semelhanças com o direito processual do trabalho, o qual tem por diploma legal básico a CLT.

## 2. Execução civil como processo autônomo

No direito processual civil, firmou-se o entendimento

de que a execução, ainda que fundada em título executivo judicial, opera por meio de *processo autônomo*, distinto do processo de conhecimento.

Neste sentido, cabe destacar as lições de Cândido Rangel Dinamarco:

“No estatuto vigente inexistia dúvida *de lege lata* acerca da autonomia do processo executivo [...]. Hoje é pacífica em doutrina a autonomia do processo de execução”. (2)

A sentença, por isso, era definida como o ato decisório do juiz apto a pôr fim ao processo (art. 162, § 1º, do CPC, na redação anterior à Lei n. 11.232/05).

No caso de sentença condenatória, a atuação concreta de seu comando, nesta linha de entendimento, ocorre por meio do *processo de execução* (livro II do CPC), por ser o meio necessário e adequado para a atuação da sanção imposta no título executivo, satisfazendo o direito do credor. (3)

Vejamos como esta concepção, aos poucos, vem passando por mudanças.

## 3. Primeira fase da reforma do CPC e execução de obrigações de fazer e não fazer

Com a *primeira fase* da Reforma do CPC, a Lei n. 8.952/94, ao dar nova redação ao art. 461, inspirando-se na disposição do art. 84 do Código de Defesa do Consumidor, estabeleceu a forma de *efetivação* da sentença condenatória (bem como da tutela antecipada), contendo obrigação de fazer ou não fazer. (4)

Já nesta época, podia-se entender que esta modalidade de execução, quando fundada em título judicial, deixou de operar por demanda autônoma, ocorrendo no

mesmo processo já instaurado, concessivo da tutela jurisdicional. (5)

Referido art. 461, além de dar preferência à *tutela jurisdicional específica* (6) e prever a *obtenção do resultado prático equivalente* ao do adimplemento voluntário da obrigação (7), indica que a eficácia da sentença condenatória, de obrigação de fazer ou não fazer, apresenta caráter mandamental (8) e de execução *lato sensu*. (9)

#### 4. Segunda fase da reforma do CPC e execução de obrigações de entrega de coisa

Com a Lei n. 10.444/02, inserida no que se pode chamar de *segunda fase* da *Reforma* do Código de Processo Civil, reconheceu-se, expressamente, que o seu art. 461 regula a sistemática para a *efetivação* das sentenças relativas às obrigações de fazer ou não fazer, independentemente de novo processo autônomo de execução.

Tanto é assim que o art. 644, com a redação determinada pela Lei n. 10.444/02, estabeleceu que *apenas de forma subsidiária* deve-se observar o disposto no Capítulo III do Título II do Livro II do CPC (processo de execução das obrigações de fazer e de não fazer).

Além disso, a Lei n. 10.444 acrescentou ao Código de Processo Civil o art. 461-A, regulando a *tutela específica de obrigação de entrega de coisa*. Esta passou a reger-se pela mesma sistemática da obrigação de fazer ou não fazer (art. 461 do CPC), ou seja, com sua *efetivação* no bojo do mesmo processo de conhecimento em que proferida a sentença condenatória, e não mais por meio de processo de execução autônomo. (10)

Esta assertiva se confirma ao se constatar que nessa *segunda fase* da *Reforma* do CPC, os seus arts. 621 e seguintes passaram a tratar, apenas, da execução para a entrega de coisa fundada em “título executivo *extrajudicial*.” Por isso, com a Lei n. 10.444, o art. 624, os §§ 1º e 2º do art. 627, e o *caput* do art. 744, do CPC, deixaram de mencionar o termo “sentença”; o art. 744 passou a integrar o Capítulo III do Título III do Livro II do CPC (“Dos embargos à execução fundada em título *extrajudicial*”).

Em resumo, em razão das *duas primeiras fases* de *Reforma* do Código de Processo Civil, na execução das obrigações de fazer ou não fazer, e de entrega de coisa:

- (a) a tutela específica tem preferência;
- (b) há previsão de medidas de natureza mandamental, bem como executivas *lato sensu*;
- (c) executa-se (*rectius*: efetiva-se) a sentença condenatória no âmbito do próprio processo de conhecimento,

ou seja, sem a instauração de execução autônoma. (11)

Portanto, nas hipóteses dos arts. 461 e 461-A, do CPC, a sistemática própria acabou afastando a adequação e a necessidade de *processo autônomo de execução forçada*, tal como entendido nos moldes tradicionais.

Por outro lado, estas alterações repercutiram no direito processual do trabalho, em face à omissão da legislação específica quanto a estas modalidades de execução, bem como a manifesta compatibilidade (art. 769 da CLT). (12)

#### 5. Terceira fase da reforma do CPC e execução de obrigações por .quantia certa

A maior inovação advinda com a presente Lei n. 11.232/05 é, certamente, a completa eliminação da execução com natureza jurídica de processo autônomo, quando fundada em sentença civil condenatória (e outros títulos judiciais semelhantes).

Como já demonstrado, com as mudanças decorrentes das Leis ns. 8.952/94 e 10.444/02, o processo *autônomo* de execução já estava *restrito* à execução por quantia certa (fundada em títulos judicial e extrajudicial) e, quanto à execução de obrigações de fazer ou não fazer e entrega de coisa, apenas quando fundada em títulos executivos extrajudiciais.

Com a nova Lei n. 11.232/05, as execuções de *sentença civil condenatória* (de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia), *sentença homologatória de conciliação ou de transação* (ainda que inclua matéria não posta em juízo), *acordo extrajudicial*, de qualquer natureza, *homologado judicialmente*, bem como *formal e certidão de partilha* (exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores), também deixam de se realizar por meio de processo autônomo, passando a ser objeto de “cumprimento” no âmbito do mesmo processo, já iniciado, de conhecimento (arts. 475-I, *caput*, 475-N, I, III, V, VII, do CPC).

Esta assertiva se confirma pela expressa previsão do novo art. 475-R do CPC, no sentido de que apenas “subsidiariamente” é que se aplicam “ao cumprimento da sentença”, no que couber, “as normas que regem o processo de execução de título extrajudicial” (ou seja, atualmente, as disposições do Livro II do Código de Processo Civil: “Do Processo de Execução”).

Por isso, atualmente, tem-se o processo que se pode chamar *sincrético*, observando-se procedimentos de natureza tanto cognitiva, como executiva em sentido amplo.

6. A execução de obrigação por quantia certa no processo civil e no direito processual do trabalho

Na sistemática decorrente da Lei n. 11.232/05, de acordo com o *caput* do art. 475-I do CPC:

“O cumprimento da sentença far-se-á conforme os arts. 461 e 461-A desta Lei ou, tratando-se de obrigação por quantia certa, por execução, nos termos dos demais artigos deste Capítulo.”

A mudança, como se nota, alcançou aspectos estruturais do direito processual civil, pois a sentença condenatória de obrigação por quantia certa passou a ser objeto de cumprimento por meio de execução, *conforme disposições pertinentes ao processo de conhecimento*.

Mesmo assim, no *direito processual do trabalho*, boa parte da doutrina já entendia que a execução trabalhista, quando fundada em título judicial, constitui mera *fase processual*, e não processo autônomo, inclusive por ser iniciada de ofício pelo juiz (arts. 876, parágrafo único, e 878, *caput*, da CLT).

Neste sentido as lições de Manoel Antonio Teixeira Filho:

“pensamos que a execução trabalhista, longe de ser autônoma, representa, em rigor, simples *fase* do processo de conhecimento que deu origem à sentença condenatória exequenda” (destaque do original). (13)

Assim, a novidade, ora trazida ao processo civil pela Lei n. 11.232/05, que acresceu ao Livro I do Código de Processo Civil (“Do Processo de Conhecimento”), Título VIII (“Do Procedimento Ordinário”), o Capítulo X, intitulado “Do Cumprimento da Sentença”, já era, anteriormente, reconhecida no âmbito do direito processual do trabalho. (14)

7. Impugnação do executado ao cumprimento da sentença e embargos à execução no processo do trabalho

Com as mudanças instituídas pela Lei n. 11.232/05, o processo de execução civil, como relação processual *autônoma*, passou a se limitar às hipóteses de execuções fundadas em títulos extrajudiciais (art. 585 do CPC) e execuções fundadas em certos títulos judiciais (sentença penal condenatória transitada em julgado, sentença arbitral, sentença estrangeira homologada pelo STJ: art. 475-N, II, IV, VI, do CPC).

Além disso, os embargos do executado ficaram restritos à execução civil fundada em título extrajudicial e à execução contra a Fazenda Pública (conforme a nova denominação do Capítulo II, pertencente ao Título III, do Livro II, do CPC, bem como art. 741 do CPC, com redação determinada pela Lei n. 11.232/05).

Nas demais hipóteses, o que se permite ao executado é, apenas, o oferecimento de “impugnação” ao cumprimento da sentença, a qual “não terá efeito suspensivo, podendo o juiz atribuir-lhe tal efeito desde que relevantes seus fundamentos e o prosseguimento da execução seja manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação” (art. 475-M, *caput*, do CPC).

Esta “impugnação” do executado (arts. 475-J, § 1º, e 475-L, do CPC), que pode ser apresentada quando se tratar de cumprimento de sentença, *não* se confunde com os embargos à execução.

Efetivamente, os embargos do executado, no processo civil, não só apresentam natureza jurídica de ação, mas também, mesmo sendo ajuizados incidentalmente ao processo de execução, dão origem a processo próprio, de natureza cognitiva.

Neste sentido são as observações de Paulo Henrique dos Santos Lucon:

“No ordenamento jurídico brasileiro, os *embargos à execução* ou *embargos do executado* constituem ação cujo exercício, incidental ao processo de execução, resulta em um processo de natureza cognitiva que tem por escopo uma providência de mérito” (destaques do original). (15)

Já a impugnação ao cumprimento da sentença, inserida pela Lei n. 11.232/05, apesar de também ser o meio de defesa do executado, é mero incidente processual, sem natureza de ação, *não* dando origem a processo diverso (§ 3º do art. 475-M, do CPC).

Ainda assim, no *direito processual do trabalho*, parte da doutrina já entendia que os embargos na execução trabalhista não resultam em processo dotado de plena autonomia.

Francisco Antonio de Oliveira defende até mesmo que:

“os embargos no processo do trabalho não têm a dignidade de verdadeira ação, mas de simples pedido de reconsideração.”(16)

Mesmo se reconhecermos a natureza jurídica de ação judicial dos embargos do executado, é corrente entender-se, no *direito processual do trabalho*, que se trata de *ação*

*meramente incidental à execução, sem dar origem a processo autônomo* (tal como, na fase de conhecimento, ocorre com a ação declaratória incidental e a reconvenção).

A este respeito, podem ser transcritas as seguintes ponderações de César P. S. Machado Jr.:

“não devemos nos esquecer da conexão entre a execução e os embargos, e por isso não podemos erigir a autonomia dos embargos em sua expressão máxima, já que sua existência está ligada à execução que teve origem, e, por isso, a pretensão deduzida deve se referir à execução.”(17)

Justamente por se entender que os embargos, na execução trabalhista, não originam processo autônomo (cognitivo), antes da Lei n. 10.537/02, não se admitia a exigência de custas para o recurso contra a respectiva sentença, conforme Orientação Jurisprudencial Transitória n. 53 da SBDI-I do TST. (18) A respeito do tema, cabe transcrever o seguinte aresto:

“Observa-se, por outro lado, que o § 4º do art. 789 da CLT não pode servir de fundamento para a exigência de custas, na medida em que referido dispositivo dirige-se apenas aos processos de conhecimento, não alcançando, portanto, a hipótese de *embargos de terceiro, incidentes em execução*” (TST E-RR 333.066/1996 - Ac. SBDI-I. ReI. Min. Milton de Moura França).

Frise-se que a referida Lei n. 10.537/02, ao alterar a CLT, não versou sobre a natureza jurídica dos embargos à execução, mas apenas passou a fixar custas na execução trabalhista, inclusive quanto aos embargos do executado (art. 789-A, inciso V, da CLT), confirmando a sua natureza meramente incidental à execução em si (art. 789-A, *caput*, da CLT). (19)

Portanto, a nova impugnação ao cumprimento da execução civil, de certa forma, já tinha sua origem na interpretação da tradicional sistemática inerente à execução trabalhista.

## 8. Liquidação de sentença no processo civil e no processo do trabalho

No direito processual civil, antes da Lei n. 11.232/05, acabou por prevalecer o entendimento de que a liquidação da sentença correspondia a um processo *autônomo*,

de natureza cognitiva (20), posterior à sentença condenatória, mas antecedendo o processo de execução.

Neste sentido, Cândido Rangel Dinamarco leciona que:

“Pelo sistema posto de modo explícito na lei vigente, a liquidação faz-se sempre num processo próprio, situado entre o de conhecimento e o de execução e referindo-se todos os três ao mesmo contexto de litigiosidade.” (21)

É certo que, a partir da Lei n. 8.898/94, integrante da *primeira fase da Reforma* do CPC, a liquidação, como processo autônomo, passou a se restringir às modalidades de arbitramento e por artigos (art. 603, parágrafo único, do CPC, ora revogado pela Lei n. 11.232/05, tendo em vista os atuais arts. 475-C até 475-H), iniciando-se com a “citação do réu.”

Dependendo da apuração do valor da condenação, apenas, de cálculo aritmético, deixou de existir, no processo civil, a modalidade de liquidação por cálculos, cabendo ao exequente proceder à execução “instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo” (art. 604, § 1º, do CPC, com redação pela Lei n. 8.898/94, também revogado pela Lei n. 11.232/05, passando-se a aplicar o atual art. 475-B). (22)

No direito processual do trabalho, embora mantida a modalidade de liquidação por cálculos (art. 879, *caput*, da CLT) (23), já existia a praxe de apresentarem as próprias partes a conta de liquidação, concretizando os princípios da celeridade e da economia processual. Aliás, atualmente, isso está expressamente previsto no § 1º-B e no § 3º, ambos do art. 879, da CLT (acrescentados pela Lei n. 10.035/00).

Sobre esta questão, de acordo com Sergio Pinto Martins:

“A Lei n. 8.898, de 29/06/94, deu nova redação ao art. 604 do CPC especificando que, se a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor procederá à sua execução, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo. *No processo do trabalho isso não trouxe modificação à liquidação de sentença por cálculos, pois, na prática, era exatamente isso que já se fazia*” (destaquei). (24)

A nova Lei n. 11.232/05, mantendo a coerência com as diversas e profundas mudanças que trouxe ao processo civil, deslocou a liquidação para o âmbito do próprio

processo de conhecimento, conforme Livro I, Título VIII, Capítulo IX, do CPC, intitulado “Da Liquidação de Sentença”.

Com isso, a *liquidação civil de sentença, seja qual for a sua modalidade, deixa de dar origem a processo autônomo, passando a ser mero incidente processual*, quer dizer, fase posterior à decisão condenatória e antecedente ao seu cumprimento.

Novamente aqui, no *direito processual do trabalho*, a doutrina já entendia que a liquidação tem natureza jurídica de mero incidente processual ou fase que antecede a execução.

A respeito do tema, Sergio Pinto Martins, em sua obra *Direito processual do trabalho*, ensina que:

“A liquidação de sentença é uma fase preparatória da execução da sentença.” (25)

De modo semelhante, Francisco Antonio de Oliveira, também versando sobre o processo trabalhista, destaca que:

“A liquidação de sentença caracteriza-se como incidente processual de natureza declaratória e integrativa da execução.” (26)

O art. 475-B, *caput*, do CPC, acrescentado pela Lei n. 11.232/05, de forma semelhante ao *caput* do art. 604 (com redação pela Lei n. 10.444/02, e revogado pelo art. 911 da referida lei), estabelece que dependendo a determinação do valor da condenação, apenas, de cálculo aritmético, “O credor requererá o cumprimento da sentença, na forma do art. 475-J desta Lei, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo”.

Além disso, como mencionado, a liquidação de sentença civil, seja por arbitramento, seja por artigos, passa a ser mero incidente processual, sem dar origem a processo autônomo. Por isso, o parágrafo único do art. 475-D, estabelece que uma vez apresentado o laudo, sobre o qual poderão as partes manifestar-se no prazo de dez dias, o juiz proferirá *decisão* (e não mais “sentença”, como constava do parágrafo único do art. 607) ou designará, se necessário, audiência. Trata-se, portanto, de *decisão interlocutória*.

Também quanto a este aspecto, no *direito processual do trabalho*, já se entendia que tanto a decisão (frequentemente homologatória) da conta de liquidação elaborada pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça (art. 879, § 1º-B, § 3º, da CLT), como o julgamento das impugna-

ções apresentadas depois de elaborada a conta de liquidação (art. 879, §§ 2º e 3º, da CLT), têm natureza de *decisão interlocutória*.

Nas lições de Manoel Antonio Teixeira Filho:

“O ato judicial que julga a liquidação configura, no sistema do processo do trabalho, decisão de traço interlocutório, porquanto a liquidação figura como uma espécie de fase incidental, antecedente à execução.” (27)

Assim, a atual previsão do CPC, de certo modo, já se fazia presente no sistema processual trabalhista.

## 9. Conclusão

Em razão da Lei n. 11.232/05, a execução da sentença civil passou por importantes aperfeiçoamentos, com o louvável objetivo de alcançar maior celeridade e eficácia na satisfação do direito.

Nota-se, ao mesmo tempo, que muitas dessas relevantes inovações, ora instituídas no CPC, apresentam, de certa forma, origem, mesmo remota, no direito processual do trabalho, conforme disposições processuais previstas na CLT, datada de 1º/05/43.

Por fim, enquanto o direito processual civil vem passando por diversas reformas legislativas, inclusive com a finalidade de sanar os obstáculos encontrados na execução, o processo do trabalho também merece ser aprimorado, de forma a oferecer soluções mais eficientes e rápidas, principalmente quanto à satisfação, em concreto, do crédito trabalhista.

## Notas

(1) Cf. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Terceira fase da reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Editora Método, 2006.

(2) Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Execução civil*. 5.ed. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 131/132.

(3) Cf. LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manual de direito processual civil*. 3.ed., tradução e notas de Cândido Rangel Dinamarco. São Paulo: Malheiros, 2005, v.1, p.261/268.

(4) Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Reforma do Código de Processo Civil*. 3.ed., São Paulo: Malheiros, 1996, p.151/161.

(5) Cf. TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer*: CPC, art. 461; CDC, art. 84. São Paulo: RT, 2001, p.263 e 418.

(6) Tutela específica é aquela que “proporciona ao

sujeito o próprio bem a que tinha direito” (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. São Paulo: Malheiros, 2001, v.1, p.154).

(7) Cf. MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela específica*: arts. 461, CPC e 84, CDC. 2.ed., São Paulo: RT, 2001. p. 70: “Na realidade, o direito à adequada tutela jurisdicional tem como corolário a regra de que, quando possível, a tutela deve ser prestada na forma específica.”

(8) Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. São Paulo: 2001. v.3, p.242/243.

(9) Cf. TALAMINI, Eduardo. *Op.cit.*, p.229/230.

(10) Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *A reforma da reforma*. São Paulo: Malheiros, 2002. p.222 e 245/246.

(11) Cf. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Execução imediata da tutela específica. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, RT, ano 91, v.803, p.29/42, set. 2002.

(12) Cf. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Nova reforma do CPC: a Lei n. 10.444 e o processo do trabalho. *Revista LTr*, ano 66, n. 7, p. 791/800, jul. 2002.

(13) TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. *Execução no processo do trabalho*. 6.ed., São Paulo: LTr, 1998. p.41.

(14) Cf. MALTA, Christovão Piragibe Tostes. *Prática do processo trabalhista*. 29.ed., São Paulo: LTr, 1999. p.758/759: “Partindo-se, então, da premissa de que pelo procedimento se visa a ver solucionado um conflito de interesses e que o conflito não termina com o conhecimento, a execução integra o complexo de atos necessários para atender-se à pretensão do autor, para solucionar-se o conflito de interesses. Logo, a execução jamais é autônoma. Nosso direito positivo permite ao juiz, embora com restrições, promover de ofício a execução trabalhista, o que é mais um argumento contra a autonomia em debate, uma vez que os juízes não podem ajuizar pedidos, dar início a procedimentos sem prévia manifestação de vontade da parte interessada. [...] Formal e praticamente, ao menos no processo trabalhista, os atos executórios continuam o de conhecimento, prosseguindo nos mesmos autos.”

(15) Cf. LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Embargos à execução*. São Paulo: Saraiva, 1996. p.80.

(16) OLIVEIRA, Francisco Antonio de. *A execução na Justiça do Trabalho*. 4.ed., São Paulo: RT, 1999. p.163.

(17) MACHADO Jr., César P. S. Execução trabalhista. In: BARROS, Alice Monteiro de. (Coord.). *Compêndio de direito processual do trabalho*: obra em memória de Celso Agrícola Barbi. São Paulo: LTr, 1998. p.621.

(18) “Custas. Embargos de terceiro. Interpostos anteriormente à Lei n. 10.537/02. Inexigência de recolhimento para a interposição de agravo de petição (Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 291 da SBDI-I, DJ 20/04/05). Tratando-se de embargos de terceiro, incidentes em execução, ajuizados anteriormente à Lei n. 10.537/02, incabível a exigência do recolhimento de custas para a interposição de agravo de petição por falta de previsão legal.”

(19) Cf. ainda MALTA, Cristovão Piragibe Tostes. *Op. cit.*, p.837: “Partindo-se da premissa de que a própria execução é despida de autonomia, os embargos à execução constituem mero incidente do processo geral voltado para a solução do conflito de interesses com que se relacionam.”

(20) Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Execução civil*. *Op. cit.*: “A liquidação de sentença constitui atividade jurisdicional cognitiva destinada a produzir a declaração do *quantum debeatur* ainda não revelado quanto à obrigação a que o título se refere” (destaques do original).

(21) Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Execução civil*. *Op. cit.*, p.528.

(22) Cf. NERY JUNIOR, Nelson. *Atualidades sobre o processo civil*. 2.ed., São Paulo: RT, 1996. p.204; MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O novo processo civil brasileiro*. 20.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999. p.190.

(23) Cf. SARAIVA, Renato. *Curso de direito processual do trabalho*. 2.ed. São Paulo: Método, 2005. p.565/566; TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. *Execução no processo do trabalho*. *Op. cit.*, p.324/326.

(24) MARTINS, Sergio Pinto. *Direito processual do trabalho*. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2004. p.639/640.

(25) MARTINS, Sergio Pinto. *Op. cit.*, p. 634.

(26) OLIVEIRA, Francisco Antonio de. *Manual de processo do trabalho*. 2.ed., São Paulo: RT, 1999. p.154.

(27) TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. *Sistema dos recursos trabalhistas*. 10.ed., São Paulo: LTr, 2003. p.404.

---

(\*) Gustavo Filipe Barbosa Garcia é Juiz do Trabalho em São Paulo (2ª Região), Ex-Juiz do Trabalho da 8ª Região e da 24ª Região, Ex-Auditor Fiscal do Trabalho (sempre por concurso público), Bacharel e Doutorando em Direito pela Universidade de São Paulo, Autor do livro: *Terceira fase da reforma do Código de Processo Civil*, Editora Método, 2006.